



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA LEITURA GRAMSCIANA**

Marcos Vinícius Pansardi  
Instituto Federal do Paraná  
mvcps@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O estabelecimento de profundas reformas na educação brasileira desde a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso colocou em questão a própria existência de uma política pública independente. Até que ponto nossos governos têm realmente autonomia para perseguir políticas nacionais independentes? Existem políticas públicas nacionais? Ou apenas adaptações nacionais de políticas determinadas internacionalmente?

É muito claro que vivemos em um tempo de radicais transformações na política e economia mundiais, o que segundo alguns autores significa na prática a crise do Estado-nação e o surgimento de um complexo de instituições internacionais, da substituição das diversas regulações nacionais por uma única regulação global. Isso significaria o estabelecimento de padrões mundiais que pouco a pouco se impõe sobre as diversidades locais.

Neste novo contexto mundial os estados periféricos estariam se enquadrando em um processo de homogeneização das políticas públicas em nível global. Caberia a eles o projeto de ajuste das economias nacionais, a seleção das instituições estatais aptas a fazer esta transição, a eliminar as incapazes e a criar as novas agências adequadas a este fim. A idéia do “pensamento único” reflete o nível de hegemonia que as idéias dominantes do neoliberalismo global atingiram. Os alardeados processos de modernização por que devem passar as economias periféricas nada mais significam, portanto, do que adaptar sua sociedade e economia ao novo padrão de desenvolvimento do capitalismo global e transnacional.

O propósito deste trabalho é pensar a construção de um arsenal teórico que, baseado nas idéias de Gramsci, permita entender as políticas públicas em um contexto mundializado, o que exige dos pesquisadores um estudo aprofundado sobre o papel das instituições da sociedade civil global, já que a própria delimitação do espaço nacional



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

*vis a vis* o espaço internacional só pode ser compreendida numa relação que, no melhor espírito dialético, unem Estado e sociedade civil, sociedade nacional e sociedade global.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO CONTEMPORÂNEO

A discussão sobre as políticas públicas nos remete ao próprio debate sobre o papel do Estado na sociedade contemporânea. As teses mais populares nos dias de hoje se centram na questão do eclipseamento do Estado e no subsequente fortalecimento da sociedade civil. Nestas leituras se assume como dado o papel dirigente desta última, seja pela defesa da volta do mercado, como assumido pelos defensores de uma visão neoliberal, como medida fundamental de todas as coisas, seja, pela aclamação do papel das organizações e movimentos sociais como os modernos “Príncipes” da vanguarda política, como visto por uma nova esquerda anti-estatista ou neoanarquista<sup>1</sup>. Mesmo dentro do campo do marxismo há aqueles que vêm os fenômenos contemporâneos reunidos sobre o nome de globalização como pura ideologia, e que portanto, nada mais são do que leituras que procuram encobrir a real continuidade dos processos de dominação e exploração característicos da sociedade capitalista.

Na leitura gramsciana os fenômenos da globalização são vistos numa perspectiva histórica como um processo de mudança real no sistema capitalista sem, contudo serem vistos como uma ruptura a ele. No caso das relações Estado-sociedade civil isto significa que o pêndulo político dialeticamente se desloca das instituições estatais para as instituições da sociedade civil, seja no campo nacional bem como no internacional.

## DEFININDO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA LEITURA GRAMSCIANA

Para Gramsci, o Estado é visto como um organismo complexo exercendo funções de dominação e de hegemonia, ou seja, detém os instrumentos da força e da construção do consentimento. Seu objetivo é manter a dominação, mas também buscar

---

<sup>1</sup> Abordei a visão desta nova esquerda em um artigo intitulado “Gramsci, e a sociedade civil global: apontamentos para uma leitura sobre o papel das instituições internacionais nas políticas públicas em educação no Brasil.” In: Schlesener.;Pansardi (2006).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

um permanente consenso perante os grupos subalternos, ou seja, busca seu apoio seja através da apatia, seja através do seu apoio ativo. Defender os interesses da classe dominante ao mesmo tempo que garante a legitimidade de seus atos perante os setores dominados, torna a ação estatal uma luta permanente para manter o equilíbrio e a estabilidade política, sempre tensionadas pelos conflitos inerentes a uma sociedade de classes<sup>2</sup>.

A construção do equilíbrio político entre as classes sociais significa um compromisso em que a classe dominante se propõe a atender algumas demandas econômico-corporativas dos setores dominados, ou seja, a ceder parte dos seus lucros em benefício a estes setores. Assim, construir a hegemonia significa construir políticas públicas que atendam algumas reivindicações e necessidades daqueles grupos subalternos<sup>3</sup>.

Por outro lado, não devemos reduzir as políticas públicas ao seu aspecto puramente político, Gramsci compreende que as políticas públicas visam também o processo de desenvolvimento da produção e reprodução do capital<sup>4</sup>. O Estado teria um papel “formativo e educativo”, de adaptar permanente a massa de trabalhadores as novas necessidades da civilização capitalista. O novo homem, o novo cidadão, sob o capitalismo significa a busca de novos costumes, nova moralidade, novas capacidades e habilidades físicas, novos conhecimentos<sup>5</sup>. Como homem e como cidadão o trabalhador é fundamental ao capitalismo exercendo o papel de produtor, de consumidor e de eleitor. A hegemonia burguesa se desenvolve a partir de políticas públicas que podem

---

<sup>2</sup> Se ciência política significa ciência do Estado, e o Estado é todo complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter consentimento ativo dos governados (...). Não é ciência, em si mesma, “atividade política” e pensamento político, na medida em que transforma os homens, tornando-os diferentes do que eram antes? (Gramsci, 1984: 87)

<sup>3</sup> O fato de que a hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa (Gramsci, 1984: 33).

<sup>4</sup> Missão educativa e formativa do estado, cujo fim é sempre criar novos e mais elevados tipos de “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento adequado do aparelho econômico da produção, portanto elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (Gramsci; 1984: 91)

<sup>5</sup> Se cada estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) (...). (Gramsci, 1984:96)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

surgir não apenas do Estado, mas também da Igreja, da fábrica, da escola, ou da televisão.

Assim o papel do Estado, para Gramsci, envolve duas funções principais, que, como vimos não são inevitavelmente contraditórias, mas, complementares, garantir a acumulação capitalista e também a legitimidade da ordem burguesa (Netto, 2003: 21). Contudo, não podemos esquecer que estes dois processos vivem um equilíbrio instável e que muitas vezes o objetivo da acumulação entra em conflito com a própria ordem burguesa e aí o segundo termo da equação sempre vai ser preterido para o primeiro. É claro que a concessão de certos benefícios econômicos as classes subalternas não pode ir além do limite fixado pelos lucros privados burgueses, quanto menor este lucro mais a classe dominante pressionará o Estado para recuperar seus ganhos. Este Estado, portanto, mesmo servindo essencialmente aos interesses burgueses, se caracteriza por possuir uma autonomia, ainda que relativa, em relação a estes interesses, se assim não fosse este não poderia realizar de maneira satisfatória suas funções.

Por outro lado, como afirmou Netto (2003:16) para se compreender a dinâmica das políticas públicas é fundamental também compreendê-la como fazendo parte da luta de classes, como sendo uma resposta do Estado burguês as pressões das classes dominadas, mesmo que estas respostas sejam uma antecipação de reivindicações futuras.

Então, teríamos dois componentes fundamentais dos processos constitutivos das políticas públicas: a) o componente da luta de classes, e b) as respostas adaptativas as mudanças estruturais do próprio desenvolvimento da sociedade burguesa.

A resolução da questão social passa pelo desenvolvimento de políticas sociais, o que não significa pensá-las apenas como políticas estatais, historicamente, as políticas sociais apenas tardiamente foram assumidas pelo Estado, sendo durante muito tempo função da Igreja, da comunidade, ou da filantropia privada.

## ESTADO AMPLIADO, ESTADO INTERNACIONALIZADO.

O fato da questão social, e portando, das políticas públicas criadas como resposta a ela poderem ter origem na sociedade civil, não invalida a leitura gramsciana, já que a sua concepção de Estado, como sabemos, inclui os aparelhos privados de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

hegemonia localizados na sociedade civil. A esta junção Estado-sociedade civil Gramsci chamou de “Estado ampliado”.

Segundo Guido Liguori (2003), é este o conceito fundamental dos Cadernos, e não o de sociedade civil, como defendem os críticos anti-estatistas. O pensamento de Gramsci se caracteriza pela compreensão de uma nova relação entre estas duas instituições que caracterizaria a sociedade de massas do século XX. Para ele, o conceito de “Estado ampliado” permite compreender a existência de um novo equilíbrio entre Estado-sociedade civil.

A partir deste conceito de “Estado ampliado”, autores de uma corrente, no campo de estudos das relações internacionais, chamada de “neogramsciana”, ou “escola italiana”, têm desenvolvido um amplo conjunto de estudos sobre temas como “a internacionalização do Estado e da sociedade civil, os aspectos internacionais da hegemonia e supremacia social, e as formações transnacionais de classe, blocos e forças econômicas, o papel dos intelectuais orgânicos e das organizações internacionais, e outros assuntos que ajudam a definir a natureza da política global no século XX” (Gill, 1994a).

Para o Stephen Gill a compreensão das mudanças ocorridas no processo de globalização, particularmente a mudança das relações Estado-sociedade civil, devem ser compreendidas tendo como base o conceito de “Estado ampliado”, ou seja, “a interpenetração da sociedade civil e política na forma de Estado, em um processo de internacionalização da política e da soberania” (1997).

As estruturas deste Estado ampliado são a base fundamental desta leitura e se caracterizavam, portanto, em um conjunto de instituições privadas e públicas que iam desde as instituições de Bretton Woods, a sindicatos, multinacionais, aparelhos do Estado, universidades, comitê de experts, etc., todas operando ao nível transnacional.

Robert Cox (*apud* Gill, 1997), por outro lado, expande o conceito gramsciano de Estado, pois na constituição destas ordens globais entram tipos diferenciados de forças sociais, tais como: idéias, instituições, variadas formas produtivas, assim como blocos históricos nacionais e internacionais que se baseiam em diversas coalizões, de alianças de classe que não se limitam ao território nacional. Este processo o autor designa como a “internacionalização ou de globalização do Estado”, fenômeno este não completamente novo, pois, segundo ele, já teria sido assinalado por Marx no *Manifesto*.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Esta internacionalização do Estado procura dar conta da forma com que as estruturas internas de poder dos estados contemporâneos são afetadas pelos novos mecanismos político-econômicos internacionais criados para regular a relação entre estes estados na arena internacional. Não estamos apenas falando das influências ocasionadas pelo aumento dos fluxos internos nas sociedades nacionais, mas sim da forma específica com que as estruturas de poder nacionais são alteradas quando suas economias são adaptadas para uma integração cada vez mais profunda com o mercado global. Esta integração econômica e interpenetração com as estruturas internacionais de poder promovem novos rearranjos políticos internos levando a vitória de novas “coalizões, alianças de classe e blocos históricos de forças sociais através, bem como dentro, dos países” (Gill, 1997).

Cox (1987) salienta que a internacionalização do Estado é um fenômeno universal, acontecendo tanto nos países desenvolvidos, mas também nos países periféricos do sistema capitalista. Mas certamente a internacionalização do Estado não tem as mesmas características no centro e na periferia do sistema internacional.

Gramsci (1984:50) nos lembra que o Estado, por estar a serviço das classes dominantes, tem como função essencial permitir a ampliação máxima de seu poder, seja no campo político, econômico ou ideológico. Ou seja, a expansão máxima das classes dominantes não se limita às fronteiras nacionais, buscando a ampliação de seu domínio para a área internacional.

Esta expansão internacional das classes dominantes de um país que busque construir sua hegemonia mundial apenas pode se realizar se este Estado for capaz de construir e defender uma ordem mundial que ao mesmo tempo garanta o sua posição de domínio e também que seja vista como legítima pelos demais países. A construção desta hegemonia necessita de mecanismos e instituições que operassem a nível internacional impedindo que a dominação da grande potência se revelasse de maneira explícita. Historicamente estas instituições variaram com o tipo de ordem estabelecida, porém todas elas podem ser enquadradas dentro do conceito de uma “sociedade civil internacional”.

ESTADO E ORDEM MUNDIAL



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Gramsci, procura nos mostrar que a política internacional tem sua origem na arena nacional, no conflito de classes, na conformação das forças sociais nacionais, na constituição e na capacidade de expansão político-econômico-cultural do Estado nacional para além de suas fronteiras, mas observa que estes processos não podem ser compreendidos sem a referencia aos influxos internacionais na ordem nacional. Para ele a própria construção da ordem mundial moderna esta associada à necessidade das classes dominantes nacionais de assegurar sua expansão internacional, ao mesmo tempo em que preservam o controle político nacional.

Para Gramsci, a simbiose nacional-internacional caracteriza os processos de dominância e não podem ser isolados ou hierarquizados para além de processos didáticos ou metodológicos iniciais. Nesse sentido, precisamos reavaliar a “primazia do nacional” para que não nos limitemos a uma visão “reducionista, pois para ele “é certo que o desenvolvimento verifica-se no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’, e é deste ponto de partida que se devem adotar as diretivas. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de sê-lo” (Gramsci, 1984: 130).

Sua concepção dialética das relações nacional-internacional não se resume ao espaço estatal, como bem sabemos o papel da sociedade civil, assim como dos intelectuais, é fundamental nos processos de construção de uma hegemonia política.

O próprio Gramsci faz uma analogia das relações entre o nacional-internacional da mesma forma que observaríamos as relações entre o estrutural e o superestrutural, entre o econômico e o político. Não são relações mecânicas, mas relações dialéticas de determinação.

Na história real estes momentos se confundem reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais), combinando-se e dividindo-se alternadamente. Cada uma destas combinações pode ser representada por uma expressão orgânica própria, econômica e política. Também é necessário levar em conta que, com estas relações internas de um Estado-nação, entrelaçam-se as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas (1984: 50).

Gramsci coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta política não num plano corporativo, mas num plano “universal”, pensando assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado, para ele, é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

condições favoráveis à expansão máxima deste grupo. O que caracteriza o processo de construção desta expansão é exatamente a capacidade destas classes (dominantes) em expandirem seu domínio para além das fronteiras nacionais. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (Gramsci, 1984: 50).

O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial e do potencial econômico (Gramsci, 1984: 191). Pode-se observar que, na dialética nacional-internacional, o fato de que os elementos internos predominarem sobre os fatores externos ou ao contrário, também se relaciona com a diferença entre uma grande potência e os países periféricos, pois, os primeiros têm uma maior capacidade de ação independente e os segundos se colocam em relações de dependência. O exemplo sempre invocado é o da Itália entre 1500 e 1700, que permaneceu incapaz de construir seu estado nacional, limitada que foi pelo jogo internacional de equilíbrio passivo entre as grandes potências (Gramsci, 1984: 17).

A centralidade está na luta de classes e no papel de cada classe na estrutura sócio-econômica nacional. As relações entre centro e periferia e o papel de cada Estado-nação no sistema internacional não é apenas fruto desta própria estrutura. As relações de classes internas a cada Estado e a capacidade dirigente das classes dominantes exercem aí um papel fundamental.

## O ESTADO NA PERIFERIA: A REVOLUÇÃO PASSIVA

Gramsci mostra que os destinos de uma nação estão tão dependentes da história de suas classes dominantes como a história dos estados periféricos está entrelaçada com a história dos estados centrais (Gramsci, 1977: 117).

Assim como os teóricos *dependentistas*, Gramsci observou o fenômeno hierárquico das relações centro e periferia não apenas no sentido de alto a baixo, mas também e, principalmente, de baixo para cima. Os laços que ligam as economias



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

periféricas às economias centrais também ligam classes sociais para além de suas fronteiras nacionais. Os processos imperialistas decorrem de alianças e conflitos e classes no interior e no exterior das fronteiras nacionais. Alianças entre classes dominantes dos países dominantes e dos países dominados caracterizam os processos de revolução passiva.

Outros países receberam o impacto destes desenvolvimentos em uma maneira mais passiva, na instância que Gramsci descreveu no nível nacional como uma revolução passiva. Este efeito vem quando o ímpeto para as mudanças não se transcende para além de “um vasto desenvolvimento econômico local... em lugar da reflexão sobre os desenvolvimentos internacionais que transmitem suas ideologias em moda para a periferia” (Gramsci, 1977:117).

Uma classe dominante nacional tem que exercer plenamente a hegemonia sobre o conjunto das classes subalternas, a incapacidade de hegemonia interna afeta a sua capacidade de expansão externa. As grandes potências se caracterizam exatamente pelo grau de hegemonia das classes dominantes e sua capacidade de criar um consenso interno. Nos países periféricos suas classes dominantes foram incapazes historicamente de constituírem sua hegemonia a partir de um projeto “universalizante” que agregasse todas as classes nacionais. Foram incapazes de transformar seu projeto individual de poder em um projeto nacional de desenvolvimento. Assim é que:

Deve-se considerar também a noção de grande potência o elemento “tranquilidade interna”, isto é, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente: este elemento deve ser situado na avaliação da potência de cada estado, mas adquire maior importância na consideração das grandes potências. (...) Por isso pode-se dizer que quanto mais forte é o aparelho policial tanto mais fraco é o exército, e quanto mais fraca (isto é, relativamente inútil) a polícia, tanto mais forte é o exército (diante da perspectiva de uma luta internacional) (Gramsci, 1984: 193).

As classes dominantes não exercem a hegemonia apenas para si, mas para a “grandeza da nação”, assim como esta existe também para a grandeza de suas classes dominantes. Seu projeto deve ser confundido com o projeto da nação, sua legitimidade está nesta capacidade de ocultar seus interesses de classe.

Nos países periféricos as classes dirigentes aliam seus destinos, não há um projeto de desenvolvimento autóctone, mas a um projeto estrangeiro, a um projeto de dependência. São sócios menores das classes dominantes internacionais.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Portanto os destinos de um país, sua inserção na divisão internacional do trabalho, sua situação no sistema internacional, depende essencialmente dos projetos, das escolhas, das estratégias de hegemonia construídas pelas suas classes dominantes. Seu projeto deve incluir as classes subalternas, elas devem vir a reboque, devem ser aliadas, devem ser a base de sustentação desse projeto. O “nacionalismo” deve ser também um projeto “para” as classes populares, mas não um projeto “das” classes populares. No sucesso de uma ação reformista, das estratégias de conciliação de classe, esta a chave para um projeto de hegemonia interna e também externa. Na “qualidade” dirigente das classes dominantes deve-se encontrar as explicações fundamentais para o sucesso ou fracasso da construção nacional e internacional de um país.

A riqueza nacional é condicionada pela divisão internacional do trabalho e por ter sabido escolher, entre as possibilidades que esta divisão oferece, a mais racional e rentável para cada país. Trata-se, assim, essencialmente, de “capacidade dirigente” da classe econômica dominante, do seu espírito de iniciativa e de organização. Se não existem estas qualidades, e a administração econômica baseia-se fundamentalmente na exploração brutal das classes trabalhadoras e produtoras, nenhum acordo internacional pode sanar a situação. Na História moderna não há exemplo de colônias de “povoamento”; elas jamais existiram (Gramsci, 1984: 233).

Os estados periféricos se enquadram em um processo de homogeneização das políticas públicas em nível global. Cabe a eles o projeto de ajuste das economias nacionais, a seleção das instituições estatais aptas a fazer esta transição, a eliminar as incapazes e a criar as novas agências adequadas a este fim. A idéia do “pensamento único” reflete o nível de hegemonia que as idéias dominantes do neoliberalismo global atingiram. Os alardeados processos de modernização por que devem passar as economias periféricas nada mais significam, portanto, do que adaptar suas economias ao novo padrão de desenvolvimento do capitalismo global e transnacional.

A luta política interna nos países periféricos não se dá pela disputa de projetos antagônicos, mas sim para determinar qual partido representará de maneira mais eficaz o projeto hegemônico mundial. Segundo Gramsci (1984), o discurso nacionalista nos países que sofreram a revolução passiva, em realidade representa a subordinação política à hegemonia internacional e não a real busca por uma política independente e autônoma. As políticas públicas então, não representam mais do que uma aplicação de um projeto que nasce das forças hegemônicas a nível mundial, a luta política na periferia se resume no jogo ideológico que despolitiza, pois a política se resume ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

debate técnico, as retóricas da eficiência e eficácia, a contabilidade social, a determinação do grupo nacional que melhor expressa o ideal de modernidade<sup>6</sup>.

## A NOVA ORDEM MUNDIAL NEOLIBERAL

A nova ordem mundial se inicia com a crise do modelo desenvolvimentista-keynesiano, a crise do modelo regulador estatal e o início da hegemonia do pensamento neoliberal. Aqui temos a reconstrução e modernização do Estado segundo os padrões da hegemonia neoliberal mundial (o Estado internacionalizado). O Estado ampliado vai se caracterizar pelo fortalecimento das forças situadas na sociedade civil, agora ampliada para a arena internacional.

Esta “sociedade civil internacional” se constitui em um conjunto de atores em que as grandes organizações internacionais desempenham um papel fundamental. O papel destas então é decisivo, não apenas produzem e veiculam as idéias hegemônicas, cuidando para que estas sejam vistas como universais, neutras, e fruto de análises realistas e tecnicistas, como também legitimam determinadas instituições e grupos que nelas se apóiam para derrotar seus oponentes nacionais. Ao mesmo tempo em que fortalecem os interesses dominantes produzem políticas públicas em benefício dos setores mais prejudicados pelas políticas de modernização e de ajuste econômico. Assim, as instituições internacionais incorporam regras que facilitam a acumulação capitalista mundial e ao mesmo tempo garantem que os ajustamentos a serem feitos possam ser suportados pelos trabalhadores. Neste sentido, “as instituições de Bretton Woods forneceram mais proteções para acordos sociais domésticos como o desemprego do que para o padrão-ouro, nas circunstâncias em que as políticas nacionais eram consistentes com o objetivo de uma economia mundial liberal” (Cox, 1994).

Assim, a crise dos anos 80 pode ser classificada como uma crise orgânica ou crise hegemônica:

---

<sup>6</sup> A partir desta série de fatos, pode-se chegar à conclusão de que, frequentemente, o chamado “partido estrangeiro” não é propriamente aquele que vulgarmente é apontado como tal, mas exatamente o partido nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do seu país, representa a sua subordinação e a servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas. (Gramsci, 1984: 45)



Os anos 80 e 90 podem ser definidos como uma fase de crise de hegemonia e de declínio da coerência da ordem pós-bélica, caracterizado pela ruptura econômica e política e do caos, dos modelos insustentáveis de crescimento demográfico e da urbanização, da degradação ambiental, da pobreza e da fome, da fuga em massa e dos movimentos migratórios (Gill, 1997).

Parte da explicação para esta crise pode ser compreendida pela expansão de um conjunto de forças globalizadas que estão integrando a vida material, política, social e cultural do planeta, mas que simultaneamente estão desintegrando as instituições políticas e sócio-econômicas pré-estabelecidas.

O período que se abre em 1989-91 pode ser caracterizado pela busca, pelos setores dominantes, da construção de uma nova hegemonia mundial, construída, no entanto sob novas bases político-econômicas (Gill, 1994a)

Para Gill, o fim da Guerra Fria significou a quebra do sistema internacional chamado de “westphaliano” e da emergência de uma nova estrutura emergente denominada de “pós-westphaliana”. Ordem esta que estaria rompendo os laços ainda existentes do sistema mercantilista/protecionista anterior, proporcionando um caminho livre para o desenvolvimento do capital transacional. Estaria se formando um novo Bloco Internacional de dominação, o que Gill chamou de *Bloco Histórico Transacional* (1994a), formados pelas forças sociais nacionais e internacionais beneficiárias deste processo<sup>7</sup>.

No entanto, ainda não exerce uma política hegemônica e sim o que ele chama de política de “supremacia”, que consistiria na “predominância de um bloco de forças não hegemônico que exercita em uma fase determinada o domínio sobre a população fragmentada, antes que uma forma coerente de oposição possa emergir” (Gill, 1994b). A regulação da ordem internacional, portanto, além do patrocínio incontestado do poder norte-americano, seria dominada por esta síntese entre a sociedade civil global e o Estado internacionalizado, ou seja, um Estado ampliado global.

Independente da emergência das características de uma estrutura de poder global informal, ao menos no nível da elite, há um relativo desenvolvimento parcial das sociedades civil e política globais e, como consequência, uma internacionalização subdesenvolvida da autoridade política. De fato, onde havia um bom pedaço de institucionalização das relações globais econômicas e de segurança através das organizações internacionais e alianças, o foco da autoridade política está ainda

---

<sup>7</sup> Cox, por seu turno, chamou este de *Bloco Histórico Global* (1997).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

amplamente preso territorialmente em Estados formalmente soberanos, embora esta situação esteja mudando.

As características deste nascente sistema pós-Guerra Fria têm como centro, não mais apenas os países dominantes mas sim também estas grandes instituições reguladoras, que no entanto, e não paradoxalmente representam os interesses destas mesmas grandes potências e particularmente do capital transnacional que também como estas move-se com relativa liberdade aparentando pairar sobre as antigas soberanias estatais. A própria crise de legitimidade (hegemonia) norte-americana explica, em parte, esta internacionalização das instituições da ordem e da autoridade. Assiste-se a recomposição das relações Estado-sociedade civil a nível internacional. O fortalecimento da sociedade civil internacional através da atuação destas instituições globais não é prova do enfraquecimento dos Estados hegemônicos, mas sim prova da ampliação de seu poder.

A compreensão deste processo de construção de uma nova ordem mundial pós-Guerra Fria nos leva a repensar o papel destes Estados internacionalizados e desta sociedade civil internacional na constituição de um novo Bloco Histórico global. Neste processo de construção a questão da hegemonia se coloca como fundamental. Para que este processo hegemônico aconteça é necessário a constituição de instituições desta chamada sociedade civil internacional, pois esta ordem dificilmente se sustentaria apenas na relação direta entre os Estados, a necessidade de encobrir as relações de domínio entre países pobres e ricos abre o espaço para a atuação destas instituições internacionais. A ordem se institui pelo poder e a forcas dos Estados poderosos, mas se mantém principalmente pelo consenso, isso é que, como vimos, distingue as ordens hegemônicas das não-hegemônicas (Cox, 1986).

Esta nova fase se caracterizaria pela incerteza, pela mudança contínua, já que os aspectos institucionais chave da realidade histórica atual estão mudando: assim, forma de Estado, de mercado e de sociedade civil em novas formas de economia política, que alteram no espaço local, nacional, regional e mundial. A conseqüência disso é uma mudança na forma de perceber o mundo.

**CONCLUSÃO: REVOLUÇÃO PASSIVA E NEOLIBERALISMO NO  
BRASIL**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O uso dos conceitos de revolução passiva, cesarismo e transformismo nos permite compreender a forma complexa como se deu a hegemonia das idéias e projetos neoliberais no Brasil e no continente latino-americano. A rápida conversão de um continente que, desde os anos 50 até os anos 70, foi um campo fértil para o crescimento de várias vertentes do pensamento nacional-desenvolvimentista - tanto em versões mais a esquerda ou à direita do espectro político<sup>8</sup>, para as concepções centradas no mercado, mostra como estes conceitos são úteis. O que chama mais atenção é que, na maioria dos casos, os atores que se propuseram a enterrar o cadáver do estado desenvolvimentista foram os mesmos que, no período exatamente anterior, eram seus mais ardorosos defensores. Peronistas, apristas, social-democratas, socialistas, nacionalistas, são agora os coveiros de um passado indesejável. Gramsci identificou nestes movimentos de adesão às ideologias dominantes um caso clássico de transformismo:

O grupo, que é o portador de novas idéias, em tais circunstâncias, não é um grupo social indígena que seja engajado ativamente na construção uma nova base econômica com uma nova estrutura das relações sociais. É um estrato intelectual que incorporou as idéias de uma prévia revolução econômica e social estrangeira. (Gramsci, 1977:117).

A história dos processos de modernização passiva no Brasil assumiu um novo aspecto nos anos 80 com a crise da dívida que pôs a nu a falência das estruturas do estado populista-desenvolvimentista. O Estado autoritário brasileiro, levado aos limites de centralização e burocratização pelo regime militar mostrou-se incapaz de cumprir a tarefas a ele impostas pela redemocratização e pela crescente liberalização da economia mundial. Sofrendo pressões internas de uma sociedade civil que, no entanto se mostrou frágil demais para prover uma base firme para o novo regime. Na seqüência, as pressões externas levaram a redução do poder do Estado sobre a economia, em favor da expansão das forças de mercado. O declínio da autoridade estatal é associada com a imposição de políticas de “ajuste estrutural” com a influência financeira do FMI e apoiado pela pressão dos U.S.A.

Assim, as agências internacionais, em particular o Banco Mundial, passaram a exercer um grande poder sobre os países da América Latina, que passaram a depender

---

<sup>8</sup> Desde o pensamento nacional-desenvolvimentista da CEPAL, do ISEB, ou da APRA, passando pela concepção da revolução democrático-burguesa dos partidos comunistas, até o desenvolvimentismo autoritário dos governos militares.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

cada vez mais dos empréstimos concedidos por estas agências. Desta forma o Banco passa a exercer um papel fundamental na política nacional ao definir um conjunto de reformas que deverão ser seguidas, agindo ainda como avaliador e fiscalizador das políticas públicas implementadas, determinando a correção ou não do caminho seguido.

Este padrão se espalhou por toda a América Latina, o que significou que uma nova etapa da revolução passiva estava se constituindo (Cox, 1997).

## BIBLIOGRAFIA

COX, R. W. (1986) Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, R. (ed.) *Neorealism and its critics*. N. York: Columbia University Press.

\_\_\_\_\_ (1987) *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York: Columbia University Press.

\_\_\_\_\_ (1994). Gramsci, Hegemony and IR. In: S. GILL (org.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ (1997) Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies* , 25.

GILL, S. (1994a). Gramsci and global politics: towards a post-hegemonic research agenda. In: Idem (org.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ (1994b). Epistemology, ontology and the “Italian school”. In: Idem *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ (1997) Gramsci, modernity and globalization. *International Gramsci Society Online Article*. Jan. Disponível em [www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online](http://www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online). Acessado em 19/07/2006.

GRAMSCI, A. (1977) *Pasado y Presente*. Barcelona: Granica.

\_\_\_\_\_ (1984) *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

LIGUORI, G. (2003). Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (orgs.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NETTO, J. P. (2003) O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. *Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná*. Cascavel: UNIOESTE.

SCHLESENER, A.H.; PANSARDI, M.V. (Org.) (2006). *Políticas Públicas e Gestão da Educação*. 1 ed. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, v. 1.

VAN DER PIJL, K. (1998) *Transnational Classes and International Relations*. London: Routledge.